

Feministas divergem sobre idade mínima igual para aposentadoria de homens e mulheres

Maioria defende que se mantenha a diferença, pela dupla jornada feminina e baixa cobertura de escolas em tempo integral

A intenção do governo de igualar a idade mínima de aposentadoria para homens e mulheres está provocando debate entre feministas de diversos ramos acadêmicos. A maioria defende que se mantenha a diferença, pela dupla jornada feminina e pela baixa cobertura de creches e escolas em tempo integral. Mas há quem defenda que a igualdade é bem-vinda, diante da vida sete anos mais longa da mulher e para não reforçar o papel tradicional feminino. Para se chegar à igualdade, no entanto, defendem que é necessário um tempo de transição.

[\(O Globo, 21/02/2017 - acesse em pdf\)](#)

A proposta do governo que está tramitando no Congresso prevê 65 anos de idade para se aposentar. Atualmente, as mulheres podem requerer o benefício a partir de 60 anos e os homens, 65 anos.



Professora Hildete Pereira de Melo.
Faculdade de Economia Campus de
Gragoata (Foto: Luiz Morier / Agência O

Globo)

A economista e professora da UFF, estudiosa das questões de gênero, Hildete Pereira de Melo é categórica na sua defesa da aposentadoria mais cedo para as mulheres:

— Nos países em que há igualdade, há também políticas compensatórias para as mulheres. Há que ter uma compensação para o trabalho reprodutivo.

No Brasil, as creches, públicas e privadas, atendiam a 24,6% das crianças de 0 a 3 anos em 2014. Só 9% dos estudantes estão na escola em tempo integral.

A socióloga Clara Araújo, da UFRJ, defende a igualdade, mas está contra a reforma do jeito que está posta na mesa. Ela defende um período de transição, inclusive para os homens.

— Dedicar mais tempo ao trabalho doméstico e interromper a carreira para atender à família prejudicam efetivamente a aposentadoria. Mas a forma de enfrentar o problema não é reforçando essa visão essencialmente paternalista e que estimula os papéis sexuais. A esta altura, no Século XXI, não há como defender essa diferença. E mundo caminha para igualdade.

Em 14 países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que reúne 34 países desenvolvidos, a idade para se aposentar é a mesma para homens e mulheres.



Lena Lavinás, professora da UFRJ

A economista Lena Lavinás, professora da UFRJ e atualmente no Institute for Advanced Study de Berlim, é contra a mesma idade mínima. Diz que a reforma subverte os princípios da Previdência brasileira:

— Nosso sistema é de repartição. Os jovens pagam para os idosos e os homens para as mulheres, já que elas trabalham mais e ganham menos. Há um efeito redistributivo na previdência. É a característica intrínseca do sistema de repartição. As mulheres não têm que pagar por mais tempo. O ideal é que mais mulheres contribuam. Se desincentivar a contribuição, todos sairão perdendo.

As mulheres ganhavam 76% do salário do homens em 2015. Em 2004, era 70%.

A carga do trabalho reprodutivo nas mãos das mulheres é outro argumento das feministas que defendem que haja compensação na hora de se aposentar. Hoje, a jornada total (trabalho fora e em casa) da mulher ultrapassa em cinco horas à do homem. É nesse ponto que a socióloga Maria Betânia Ávila, pesquisadora do Instituto Feminista para Democracia SOS Corpo, do Recife:

— A mulher tem uma intensidade de trabalho bem maior. É um trabalho contínuo. Começa a trabalhar em casa, vai para o trabalho remunerado, depois volta para o trabalho doméstico. Sobra pouco tempo para a carreiras mais permanentes e até para representação política. A mulher trabalha até no lazer. Cuida do filho na praia, na festa.

Maria Betânia diz que a comparação com os países da OCDE não é a ideal.

_ Nesses países, a escola é em tempo integral e há acesso à creche. Tem que ver a realidade social de cada país. Os países do Sul têm trabalho tão precário quanto o nosso.



Bila Sorj, professora da UFRJ, dá entrevista sobre a pesquisa ‘Trabalhadoras Brasileiras: Trabalho remunerado e cuidados com a casa - uma tensão permanente’ (Foto: Marcelo Camargo / ABr)

Bila Sorj, socióloga e professora da UFRJ, já defende a igualdade, com ressalvas, como um período de transição de dez anos.

— Sou a favor da igualdade de gênero, portanto tem que ser consistente com modelo de previdência que proponha a igualdade na idade de aposentadoria. É importante a equalização da mulheres e homens. Como a mulher trabalha mais horas, o ideal é que fosse implantada ao longo de dez anos, para dar tempo que as políticas públicas para atenuar o trabalho reprodutivo fossem implantadas também, com aumentar a licença-paternidade para ter divisão

melhor do trabalho doméstico e mais creches.

Para Marta Castilho, coordenadora da Pós-Graduação em Economia da UFRJ, as mulheres são sub-representadas nos estratos mais elevados do mercado de trabalho:

— Isso mostra que a mulher não está competindo em pé de igualdade. Se não é igual de um lado, por que vai ser pelo outro? A sociedade não avança no primeiro ponto e só sobra a penalização para as mulheres.

Marta afirma que a previdência não pode ser olhada somente pelo lado fiscal.

— É um equívoco. A Previdência foi responsável pela queda na pobreza no campo.

A diretora da Academia Brasileira de Ciência e professora do Instituto de Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Márcia Barbosa, lembra que o Brasil não caminha para igualdade na divisão sexual do trabalho doméstico. Nos últimos dez anos, os homens gastam as mesmas dez horas semanais com a casa, enquanto as mulheres dedicam o dobro.

— Se estivéssemos num mundo ideal de justa distribuição do trabalho, poderia ter as mesmas regras da aposentadoria. Além disso, a discussão de gênero não existe nas escolas. Os meninos não aprendem a cozinhar, costurar, cuidar de crianças.

Márcia lembra que também cabe à mulher o cuidado dos idosos e dos doentes:

— O fim da vida do trabalhador recai sobre a mulher. Igualar o tempo na esperança que os homens serão maravilhosos não vai resolver. A mulher só vai trabalhar muitos anos a mais.

CAETANO: ‘CONGRESSO É SOBERANO’

Rosália Lemos, professora de Cultura Afro-brasileira e Educação em Direitos Humanos da IFRJ/Nilópolis e feminista negra, diz que a mudança será mais dramática para as mulheres negras.

— Elas estão ocupada em trabalhos de qualificação e remuneração menores e de risco maior. É um retrocesso nos direitos humanos das negras. Somos nós que sofremos mais no mercado. Ganhamos muito menos do que homem negro, homem branco e mulher branca.

A principal ocupação da mulher negra é o emprego doméstico, no qual a formalização é de cerca de 30%.



Ana Amélia Camarano. Entrevista com a organizadora do livro sobre os efeitos da redução da população a partir de 2050 (Foto: Fabio Rossi / Agência O Globo)

Ana Amélia Camarano, economista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), defende a igualdade desde que a transição seja suave. Ela afirma que as mulheres que se aposentam por idade contribuem em média por 18 anos. Se a reforma passar, terá que contribuir por mais sete anos. Já os homens terão que contribuir mais quatro anos em relação à média atual

de 21 anos:

— Sou a favor para as mulheres que não têm filhos. Hoje cresce o número de mulheres sem filhos.

A nossa taxa de fecundidade é de 1,7 filho por mulher. Para repor a população, a taxa tem que ser de 2,1 filhos.

— Tem que compensar o custo gerado pela reprodução, até para incentivar a natalidade. Sem jovens, não há previdência. Aí, não vai ter reforma que dê conta — afirma Ana Amélia.

O secretário da Previdência Social, Marcelo Caetano, reconhece que há desigualdades no mercado de trabalho, mas que “não vão se resolver por meio da aposentadoria”:

— A Previdência não é a solução.

O secretário esteve ontem na Fundação Getúlio Vargas (FGV) num debate sobre o tema e afirmou que o “governo vai se mais fiel possível à proposta enviada ao Congresso”. Sobre a declaração de deputados de que não será possível aprovar a proposta até junho, o secretário disse que o “Congresso é soberano”

Por Cássia Almeida

Colaborou Daiane Costa

Feministas criticam ameaça de extinção da SPM, Seppir e SDH

(Agência Patrícia Galvão, 22/09/2015) Diante das pressões pela reforma ministerial e da notícia de que a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), a

Secretaria de Direitos Humanos (SDH) e a Secretaria Geral da Presidência podem ser fundidas em um [Ministério da Cidadania](#), a Agência Patrícia Galvão ouviu diversas feministas. Para a maioria delas a perspectiva de fusão dessas pastas é um retrocesso, que levará ao fim de organismos simbólica e politicamente históricos para a formulação e implementação de políticas públicas demandadas pelas mulheres brasileiras.

Leia também: [Gestoras enviam carta à presidenta Dilma em defesa da SPM como ministério](#)

A socióloga Eva Blay destacou que “no Brasil, vivemos ainda hoje um patriarcado extremamente violento. E, na Câmara e no Senado, vemos um enorme avanço de políticas absolutamente conservadoras contra tudo que nós mulheres conquistamos no mundo todo. Independentemente de posicionamento político partidário, a Dilma nesse campo fez um enorme avanço. Por isso, acho lamentável que as forças retrógradas tenham tanto poder a ponto de fazer com que voltemos para trás no que nossa voz conseguiu por meio da SPM. Sou absolutamente contrária à redução desta Secretaria, que tem representado junto à ONU e todos os organismos internacionais um espaço fantástico, e tem servido de modelo para os países africanos e também da América Latina. Por isso, será um enorme retrocesso se ela for reduzida”. Professora titular sênior da FFLCH/USP, Eva foi senadora da República pelo PSDB, partido ao qual segue filiada.



Redução do poder político das mulheres



Para Maria Amélia de Almeida Teles, a possibilidade “é um absurdo, porque conquistamos a Secretaria de Política para as Mulheres e a Secretaria da Igualdade Racial por meio de uma grande luta, de um movimento histórico pelo reconhecimento das nossas necessidades e demandas, tanto das populações não brancas quanto da feminina. Nós somos a maioria da

população desse país. Vamos ficar sem representação dentro do governo? Isso não é possível. Não tem cabimento. Essa medida só aprofunda a crise e não a resolve. Enfrentar a crise significa reconhecer as necessidades da população, conforme sua inserção na sociedade. Nós precisamos é de mais mulheres no governo. Se tirarmos duas ministras, estamos reduzindo nosso poder político”. Integrante da Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos e da União de Mulheres do Município de São Paulo, Amelinha é uma das coordenadoras do [Programa de Promotoras Legais Populares](#), que forma mulheres para ação em defesa dos direitos humanos e difusão da Lei Maria da Penha.

É fundamental manter secretarias no primeiro escalão

Também socióloga e coordenadora do Centro Feminista de Estudos e Assessoria (Cfemea), Guacira César de Oliveira aponta que a perda de um organismo específico para articular demandas de mulheres e o combate às discriminações raciais e étnicas “é medida completamente descompromissada com a luta das mulheres e nossas conquistas”. Ela ressalta que “a desigualdade das mulheres é um dos problemas estruturais do Brasil, por isso a gente tem um sistema político com uma das menores representações de mulheres da América Latina. A desigualdade racial também é um elemento absolutamente central para a democracia brasileira. E esses organismos com status ministerial foram conquistas dos movimentos sociais em relação aos quais não estamos de maneira nenhuma dispostas a abrir mão. Num contexto de uma ofensiva conservadora, religiosa, fundamentalista, neopatriarcal contra os direitos das mulheres, não ter um organismo de políticas para as mulheres e a igualdade racial no primeiro escalão do governo é muito ruim”.



A própria presidenta Dilma Rousseff, que desde o primeiro mandato enfrenta pressões para acabar com as pastas voltadas à formulação de políticas específicas para as maiorias populacionais em situação de desigualdade, já manifestou que a SPM-PR é “fundamental”. Foi assim que Dilma se

manifestou durante a 3ª Conferência de Políticas para as Mulheres, [em 2011](#). Na última sexta-feira, a presidenta voltou a divulgar uma mensagem em vídeo na internet reafirmando que o governo “seguirá combatendo o racismo, a homofobia e a violência contra as mulheres”.

Tiro no pé

Mas para a médica Ana Flávia D’Oliveira, professora da Faculdade de ✖ Medicina da USP, a fusão de secretarias é “um tiro no pé” que afetará o enfrentamento à intolerância e à violência. “Vejam o papel que a SPM tem na formulação e implementação de uma política nacional de enfrentamento à violência contra as mulheres. Com certeza a pauta [das diversas secretarias] é comum e eu defendo uma ação articulada e transversal, mas tem as especificidades das mulheres, negros, das crianças e adolescentes, da diversidade sexual. Os organismos são muito importantes para efetivar políticas transversais, e já são subfinanciados e têm pouco poder econômico e político para conseguir efetivar essas políticas. Juntar tudo isso é reduzir a força de políticas que efetivamente tenham eficácia. E as políticas transversais de gênero e igualdade racial são importantes para o desenvolvimento econômico. Então, também nesse sentido, num momento de ajuste fiscal, é um tiro no pé, pois quem vai pagar a conta do ajuste é quem está na periferia do sistema e vai ser onerado por uma crise que não foram essas populações que provocaram”.

Mulheres negras serão as mais afetadas



Liderança da Articulação de Organizações de Mulheres Negras do Brasil (AMNB), Maria Dolores Almeida aponta que “se essa notícia se confirmar

será um retrocesso muito grande para os direitos humanos no Brasil, principalmente olhando da perspectiva da população negra e das mulheres. Porque quando você junta essas políticas quem sai perdendo são as mulheres e as mulheres negras, especialmente nesse momento de avanço conservador. A gente sabe que tem estados e municípios que já não implementam as políticas que conquistamos. Nós mulheres negras seremos as mais afetadas de todas as formas. Conquistas como o Ligue 180 e a Casa da Mulher Brasileira vão escorrer por entre nossos dedos. E sinto muito que isso aconteça no governo de uma mulher, embora saibamos do compromisso da presidenta Dilma e das pressões que ela vem sofrendo já há muito tempo”.

Ônus político

Jacira Melo, diretora executiva do Instituto Patrícia Galvão, concorda e avalia que “a presidenta Dilma, primeira mulher a governar o Brasil, não pode arcar com o ônus de extinguir as pastas que formulam e implementam políticas para as mulheres, a igualdade racial e os direitos humanos. No momento em que estamos lutando para aprovar uma cota de 10% de representatividade para as



mulheres no Congresso Nacional, acabar com essas secretarias é um retrocesso histórico. A presidenta Dilma tem demonstrado firmeza em suas convicções e coerência em seus atos. Tenho expectativa de que ela continue tendo o entendimento da importância das secretarias de Políticas para as Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos no presente e no futuro”, afirma.

Secretarias representam democratização do Estado



A coordenadora do SOS Corpo - Instituto Feminista para a Democracia, Maria Betânia Ávila ressaltou que a mídia já “reformou o ministério por diversas vezes, mas até agora não houve confirmação dessas informações, por exemplo, ao Conselho Nacional dos Direitos da Mulher” (CNDM). A socióloga afirmou ainda que “a SPM e a Seppir são frutos de lutas históricas, fundamentais para a democracia

política e social. São mecanismos importantes na democratização do Estado, na implementação de políticas públicas voltadas para a igualdade, os direitos das mulheres e das populações negras. Por isso, as duas secretarias devem ser preservadas”. Betânia integra o CNDM.

Desafios do feminismo

(Clam, 03/04/2014) Um movimento com vitórias no currículo e desafios de diversas ordens pela frente. Essa é a opinião de feministas brasileiras ouvidas pelo CLAM para analisar os rumos que o movimento de mulheres brasileiro tomou nos últimos anos e os caminhos a perseguir no futuro.

Do ponto de vista mais amplo, afirmam feministas, a pauta do movimento de mulheres no Brasil tem se diversificado, girando em torno de 4 dimensões da vida cotidiana. “O tema da violência, seja a violência que se dá pela ausência de políticas públicas, seja a violência que se observa em termos culturais e ideológicos, seja ainda a violência física propriamente. O tema da autonomia reprodutiva e autodeterminação das mulheres sobre o seu corpo, que diz respeito aos direitos sexuais e reprodutivos. A questão do mundo do trabalho, cuja inserção feminina tem sofrido impactos do modelo desenvolvimentista que o país tem praticado, que inclui a construção de hidrelétricas e a expansão do agronegócio e afeta, assim, a autonomia econômica de mulheres rurais, ribeirinhas e pescadoras, assim como das mulheres indígenas e quilombolas. E, por fim, a participação das mulheres nas instâncias de

poder”, destaca Silvia Camurça, integrante do “SOS Corpo - Instituto Feminista para a Democracia” e militante da Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB).

As violências de cada dia

A condição da mulher na sociedade brasileira tem passado por mudanças. Avanços têm sido registrados, especialmente naquilo que a socióloga Maria Betânia Ávila denomina como a pauta mais visível. Em matéria de violência contra a mulher, o Estado brasileiro discutiu e definiu uma legislação específica, a Lei Maria da Penha, de 2006, que endurece as penas ao agressor e garante proteção às mulheres vítimas de violência doméstica. Nesse contexto, o espaço ganho na mídia e a construção de políticas públicas indicam que o enfrentamento cotidiano é uma preocupação, apesar dos problemas que os serviços e a aplicação da justiça possam enfrentar.

Para além da violência doméstica, outras questões têm obtido visibilidade, como a violência sexual sofrida fora de casa. Há algumas semanas, os termos “encoxar” e “encoxadores” tornaram-se mais conhecidos dos brasileiros, depois que a imprensa revelou a existência de páginas na internet que reúnem homens que assumidamente abusam de mulheres em transportes públicos. O desprendimento em tornar público o que é uma grave violação de direitos humanos chama a atenção. De acordo com Maria Betânia Ávila, tais atos ilustram o grau de machismo e patriarcalismo da sociedade brasileira.

“É uma cultura arraigada, fundada em uma ideia de poder e superioridade dos homens, como se eles tivessem o direito a fazer o que bem entendem e sentem. É uma questão muito grave, pois remete a uma expressão de subjetividade, de ordem simbólica, que acaba valendo como regra da vida. É o que está na base de todas as violências, físicas ou não, que vitimam as mulheres: a ideia de que isso é natural. Vivemos em um país com uma história patriarcal, racista e homofóbica. Isso precisa ser combatido permanentemente. É, nesse sentido, uma pauta contínua do feminismo e que precisa ser tratada pelas políticas educacionais”, considera a coordenadora do SOS Corpo.

Relações desiguais de gênero no espaço doméstico

Assim como a mobilidade e segurança diferenciadas nos espaços públicos para homens e mulheres, persiste ainda uma série de outras práticas que demarcam fronteiras desiguais para elas. A divisão sexual do trabalho no ambiente doméstico, por exemplo, ainda é largamente desigual. Pesquisa do Instituto Data Popular em parceria com o SOS Corpo mostra que a divisão do trabalho em casa continua injusta, apesar da maior participação das mulheres no mercado de trabalho. Dentre as 800 mulheres entrevistadas no estudo, 7 em cada 10 afirmaram que sentem falta de tempo no dia a dia, números condizentes com os 71% de mulheres que, tendo empregos, também são responsáveis pelas tarefas de cuidado da casa e da família.

“Em casa, não há divisão de trabalho. A responsabilidade permanece sendo uma atribuição majoritariamente feminina. Uma situação que não diz respeito apenas às relações de gênero no espaço doméstico. Diz respeito também à precariedade da política de creches no país. Apesar de o governo federal estar movimentando-se na questão das creches, há problemas administrativos na relação entre as esferas federal e municipais que dificultam a execução da política de creches. Assim, há uma série de fatores que contribuem para que a questão das relações de gênero não seja combatida efetivamente”, argumenta Maria Betânia Ávila.

Sub-representação feminina nos espaços políticos

A matemática do gênero também é desigual quanto se fala da participação política das mulheres nos poderes e nos partidos políticos. Elas representam 51,3% dos 196 milhões que compõem a população brasileira, segundo o Censo do IBGE de 2010. Isso significa que há 5 milhões de mulheres a mais que homens. Apesar de serem maioria da população, na política, no entanto, elas estão sub-representadas, especialmente quando se olha para o Congresso Nacional: no Senado, das 81 vagas, apenas 13 são de senadoras; na Câmara, das 513 vagas, 44 são ocupadas por mulheres. Tal panorama existe apesar de haver políticas de promoção da equidade de representação da mulher na política. De acordo com a legislação eleitoral, os partidos devem reservar 30% das candidaturas às mulheres, uma previsão fruto dos esforços feministas, mas que tampouco tem dado conta das disparidades.

Nesse contexto, de acordo com Maria Betânia Ávila, a reforma política brasileira é uma demanda importante na pauta feminista. “Sem a participação das mulheres nos processos de discussão e definição de leis e políticas públicas, os direitos femininos ficam ameaçados. Aliás, a baixa representação das mulheres já é um sinal claro dos obstáculos que enfrentamos. Por isso, a reforma política com ênfase na paridade de gênero é fundamental para que as mulheres estejam presentes nos processos decisórios”, destaca a coordenadora do SOS Corpo, que ressalta ainda a desigualdade que impera nos partidos políticos. “A democratização da esfera política demanda muito esforço. Nossos partidos políticos são organizações muito hierárquicas, marcadamente patriarcais. Como podemos falar em igualdade de gênero se nem os partidos políticos operam nesse sentido? As disparidades se dão nas diversas esferas políticas, o que reforça a importância de uma reforma política. Não é um tema que tenha tanta repercussão midiática, mas é muito caro para os direitos femininos”, completa Maria Betânia.

Na opinião de Silvia Camurça, o sistema político brasileiro representa um entrave à mulher. “Nossos sistema político, em termos eleitorais, funciona através do voto nominal, no qual o eleitor vota no candidato. As experiências históricas de outros países, como Argentina, Uruguai e Costa Rica, demonstra que o voto em lista é um modelo inclusivo: vota-se em uma lista de candidatos escolhidos pelo partido e, nesse sentido, cria-se, através de um respaldo legal, a possibilidade de que a indicação dos candidatos seja feita em bases mais equitativas de gênero. Como está, nosso sistema político não favorece à inserção da mulher nos espaços de poder. Mais do que um problema eleitoral, a desigualdade de gênero afeta o poder público como um todo, Omo o Judiciário e o Executivo. Logo, a reforma política é uma questão importante para a pauta do feminismo no Brasil”, argumenta Silvia Camurça.

A presença de uma mulher na Presidência do país é vista por Maria Betânia Ávila como um marco importante na história de luta feminista. Em 2010, a eleição de Dilma Rousseff significou que pela primeira vez o Brasil, um país cuja formação social está marcada pelas assimetrias de gênero, seria governado por uma mulher. Desde então, as demandas de mulheres têm sido pautadas na agenda pública, muitas vezes pelo viés negativo, tendo em vista

a linguagem conservadora que tem avançado em diversos espaços da sociedade brasileira. Há, contudo, o reconhecimento de certos avanços conquistados nos últimos anos. “A presença de uma mulher no posto mais alto do país tem muito a ver com a luta do movimento feminista. Acredito que há um processo de identificação. Não significa que isso corresponda à igualdade de gênero no país. Muito pelo contrário, sabemos a situação que vivemos, mas indica que é possível continuar na luta e esperar por resultados positivos ao longo do processo”, afirma Maria Betânia Ávila.

Os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres na mira fundamentalista

Na lista de desafios do feminismo, Maria Betânia aponta as forças conservadoras que dificultam e impedem os avanços dos direitos das mulheres. Nos últimos anos, o Brasil tem assistido a uma [ocupação crescente de setores religiosos conservadores e dogmáticos nos espaços políticos](#). Assim, um ambiente que já é tradicionalmente pouco habituado à figura feminina, torna-se terreno fértil para discursos contrários aos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres. Nesse contexto, projetos como o Estatuto do Nascituro, que busca atribuir ao embrião a mesma proteção jurídica e civil de pessoas nascidas, e a não ampliação das possibilidades de aborto para além dos permissivos legais (gravidez por estupro ou com risco de morte à gestante) na reforma do Código Penal - datado de 1940 - integram o rol de ações influenciadas por pressões religiosas. Também no Congresso, tramitam dois projetos de lei que procuram alterar o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) no sentido de ampliar o conceito de “primeira infância” desde o momento da concepção, o que teria impactos diretos sobre a questão do aborto, uma vez que fortalece o argumento da defesa da vida desde a concepção, defendido pelos opositores ao direito da interrupção de uma gravidez. Na mesma linha, a sanção do PL 03/2013 pela presidenta Dilma Rousseff, ano passado, foi atacada por tais setores. O projeto regulamenta o atendimento emergencial e multidisciplinar das vítimas de violência sexual no sistema de saúde público, garantindo às mulheres contracepção de emergência.

“Vivemos um período de ameaças aos direitos sexuais e reprodutivos das

mulheres. Felizmente, a presidente Dilma não cedeu às pressões e reconheceu a demanda. No entanto, tais setores têm reforçado uma moralidade que é ofensiva e prejudicial às mulheres. Estamos lidando com discursos que atuam tanto no campo ideológico, reiterando visões de mundo autoritárias e desiguais, como no campo prático e político, patrocinando ataques aos direitos das mulheres através de leis. Tais movimentações religiosas são muito articuladas. Na verdade, são ações de alcance mundial. Do meu ponto de vista, são setores que não respeitam a democracia, por isso, não podemos legitimá-los como sujeito de diálogo”, afirma Maria Betânia Ávila.

De acordo com Silvia Camurça, o fenômeno do conservadorismo religioso nos espaços políticos não é novo. A maior expressão de tais setores nos dias atuais reforça a necessidade de um pacto entre os movimentos sociais em benefício de uma aliança eleitoral para combater o fenômeno. “São setores que atrasam os direitos das mulheres e, de uma forma mais ampla, os direitos de movimentos rurais, de negros, indígenas. Eles se articulam com outros setores conservadores e barram a agenda democrática. Por isso, a atuação do feminismo deve levar em conta outros movimentos para fazer frente ao fenômeno”, afirma Silvia Camurça.

Nas décadas de 1980 e 1990, destaca Maria Betânia Ávila, o movimento feminista tinha uma configuração diferente da atual: era menos diverso, enquanto que nos dias de hoje está presente em diversos espaços e está capilarizado em meio aos distintos movimentos sociais. Nesse contexto, o feminismo aparece articulado na bandeira de luta de movimentos rurais, sindicais, negros, entre outros. “Isso representa um avanço importante, uma maior extensão que representa não apenas uma auto-afirmação do feminismo como movimento, mas também a pluralidade de demandas e desafios que a situação das mulheres impõe no contexto brasileiro. Sem essa transformação, o movimento feminista não teria condições de continuar na luta por mudanças”, observa Maria Betânia Ávila.

Acesse no site de origem: [Desafios do feminismo \(Clam, 03/04/3014\)](#)

Pesquisa: Trabalho remunerado e trabalho doméstico -uma tensão permanente

(Agência Patrícia Galvão, 12/12/2012) Pesquisa feita pelo Data Popular em parceria com o SOS Corpo - Instituto Feminista pela Democracia comprova que a maior participação das mulheres no trabalho remunerado não foi acompanhada de mudanças na divisão sexual do trabalho doméstico, nem na oferta de políticas públicas.

Leia mais: [*Colunistas publicam dados da pesquisa*](#)

[*Maioria das mulheres que conciliam trabalho e afazeres domésticos tem rotina exaustiva*](#)

Foram entrevistadas 800 mulheres de nove capitais brasileiras, além de Brasília, com idade entre 18 e 64 anos e que possuíam algum tipo de trabalho remunerado. A pesquisa foi realizada entre os dias 29 de junho de 2012 e 7 de julho de 2012.

O estudo aponta uma percepção majoritária entre as entrevistadas (91%) quanto à importância do trabalho remunerado. As mulheres consideram que o trabalho remunerado é fundamental em suas vidas, mesmo admitindo que sua rotina de trabalho é extenuante por serem elas também as principais responsáveis pelo trabalho doméstico e pelo cuidado com os filhos.

Ao falarem de seu dia a dia, as entrevistadas enfatizam a multiplicidade de tarefas, funções e responsabilidades que têm que enfrentar cotidianamente. Fica clara a longa e cansativa rotina de uma mulher que, além do trabalho remunerado, também cuida da casa, é esposa e mãe.

“As alterações ocorridas no mundo do trabalho, como demonstra a pesquisa, não levaram a mudanças significativas na divisão sexual do trabalho. O que

se observa é que essa divisão do trabalho permanece, produzindo consequências que afetam diretamente as mulheres, que continuam como as principais responsáveis pelos afazeres domésticos e cuidados com os filhos. Falta de tempo e grande sobrecarga marcam seu cotidiano. Os homens e o Estado, segundo os resultados da pesquisa aqui apresentada, pouco contribuem para a mediação das jornadas”, avaliam a pesquisadora, Maria Betânia Ávila do SOS Corpo.

Em cada dez entrevistadas, sete consideram que o trabalho do homem não é mais importante que o da mulher. E 63% concordam com a afirmação de que “as mulheres sempre ganham menos do que os homens”.

Para as entrevistadas, os maridos dão mais trabalho do que ajudam. E para as mulheres casadas das classes C e D, isso é mais evidente: 64% e 61%, respectivamente.

A maioria expressiva das entrevistadas das classes D e E (78%) declaram não possuir máquina de lavar roupa; nas classes C são 47% e na classe AB, apenas 17%.

As entrevistadas apontam a existência de uma tensão entre ter um trabalho remunerado, que dá autonomia, e ter que se afastar das responsabilidades com o trabalho doméstico e o cuidado com os filhos. Sobre a concordância com a frase: “Se eu pudesse, eu pararia de trabalhar para cuidar da casa”, observa-se que, quanto menor a renda, maior a vontade de parar de trabalhar: 59% expressam esse desejo na classe D; 37% na classe C; e 32% na classe AB.

Entre as entrevistadas, sete em cada dez mulheres sentem que falta tempo no dia a dia, especialmente para cuidar de si. E três em cada quatro consideram sua rotina extremamente cansativa. Nos finais de semana 73% das mulheres realizam tarefas domésticas nas suas próprias casas.

Creche e transporte lideram entre as principais demandas das mulheres para o poder público. A pesquisa revela que encontrar vaga em creche é a principal dificuldade para as mulheres que têm trabalho remunerado. A demanda por creche não varia de acordo com a classe social (classe AB 36%;

classe C 33%; e classe DE 34%).

Para a promoção da autonomia econômica e a liberação de tempo no cotidiano das mulheres, é preciso que as políticas públicas considerem a desigualdade de gênero. As entrevistadas apontam que uma maior cobertura das creches públicas, com horário de funcionamento integral, e transporte público de melhor qualidade iriam ajudar muito no dia a dia.

Veja pesquisa na íntegra [Trabalho remunerado e trabalho doméstico -uma tensão permanente](#)

Acesse a apresentação da pesquisa: [Apresentação da pesquisa - Data popular](#)

Indicação de fontes:

Maria Betânia Ávila - SOS Corpo - Instituto Feminista para a Democracia

Verônica Ferreira- SOS Corpo - Instituto Feminista para a Democracia

Renato Meirelles - Data Popular

Mais informações:

Géssica Brandino - Instituto Patrícia Galvão - Mídia e Direitos

11 3262 2452/ 2594-7399